



Prefeitura Municipal de Leopoldina/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016



Técnico de Nível Superior - Advogado

Tarde

Organizadora:



Paciência de Jó

Nesses tempos modernos, andamos muito impacientes.

Durante os anos que passei fora do Brasil, comunicava-me por cartas. Toda noite, sentava na minha escrivaninha e colocava a correspondência em dia. Ia até altas horas respondendo uma a uma, aquelas cartas que chegavam em envelopes verde-amarelos.

Depois de colocada no correio, uma carta levava de sete a dez dias pra chegar ao Brasil. Se a pessoa respondesse na hora, eram mais sete a dez dias pra chegar até Paris. E eu esperava, pacientemente.

Todo dia, acordava de madrugada para ir trabalhar. Meu trabalho era preparar o café da manhã para um batalhão de estudantes num restaurante universitário. Quando voltava pra casa, a primeira coisa que fazia era bater os olhos na caixa de cartas que ficava na portaria do meu prédio. Ela tinha quatro furos na parte inferior e, de longe, já dava pra enxergar se haviam chegado envelopes verde-amarelos.

Era um tempo em que não havia *internet*, não havia *Skype*, não havia *WhatsApp*, *e-mail* e um telefonema DDD custava os olhos da cara.

Lembro-me bem que quando o meu primeiro filho nasceu, poucas horas depois dei a primeira clicada no seu rostinho com uma *Pentax Trip 33*. Levei o filme pra revelar numa loja que ficava na *Rue Soufflot* e esperei cinco dias úteis para que as fotos ficassem prontas.

Fotografias na mão, coloquei dentro de um envelope pardo e despachei, pelo correio, pros meus pais, em Belo Horizonte. Quando eles abriram e viram o Julião pela primeira vez, o menino já tinha mais de vinte dias. Eles esperaram pacientemente a hora de ver a carinha do neto francês, uma grande novidade na família.

O meu pai vivia dizendo que, para levar a vida, era preciso ter uma paciência de Jó. Um dia, fui lá na Bíblia da minha mãe saber quem era o tal Jó.

Fiquei sabendo que, além de ser o mais paciente da turma, Jó tinha sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de boi e quinhentas jumentas. Imagine que só pra contar essa bicharada, é preciso mesmo ter uma paciência de Jó.

Ninguém tem mais paciência pra nada nesses tempos modernos. Se nos anos 70 eu esperava vinte dias a resposta de uma carta, hoje, se alguém não me responde um *e-mail* em segundos, já começo a perder a paciência.

Aqui em casa, a nossa empregada coloca qualquer coisa 30 segundos no micro-ondas, e fica lá com a mão na porta, impaciente, contando nos dedos a hora de apitar.

No elevador do meu prédio, os moradores apertam o botão, a luzinha acende mas, mesmo assim, eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.

Sem contar o carro de trás que sempre buzina assim que o sinal fica verde, o motorista que começa a acelerar quando percebe que já passaram os minutos e que o sinal já vai sair do vermelho e aquele que passa na sua frente e enfia o carro na vaga do *shopping* porque não tem paciência de ficar procurando um lugar pra estacionar.

Isso, sem contar que, no restaurante, quando alguém pede uma coca ao garçom e ele demora mais de um minuto, a gente sempre ouve um... “acho que ele esqueceu!”

Sinto que muitas pessoas não têm mais paciência pra ler um texto com mais de cinco linhas. Se você chegou até aqui, considero uma vitória!

Já percebeu que ninguém tem mais paciência de sentar-se na poltrona para ouvir música, pra procurar as três Marias no céu, pra plantar um grão de feijão no algodão e esperar ele crescer. Ninguém tem saco nem mesmo pra jogar paciência.

Já se foi o tempo em que tínhamos paciência até para decorar latim. Quem não se lembra do famoso *Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia* mostra? Que, em bom português, quer dizer Até quando abusarás, Catilina, da nossa paciência?

(Alberto Villas. Carta Capital, 24 de abril de 2016.)

01

Dentre os recursos coesivos utilizados no texto está a retomada de elementos já mencionados, nas alternativas a seguir apresentam-se elementos destacados que são exemplos de tal estratégia, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.” (11º§)
- B) “Sem contar o carro de trás que sempre buzina assim que o sinal fica verde, [...]” (12º§)
- C) “Imagine que só pra contar essa bicharada, é preciso mesmo ter uma paciência de Jó.” (8º§)
- D) “[...] quando percebe que já passaram os minutos e que o sinal já vai sair do vermelho [...]” (12º§)

02

De acordo com as ideias e informações trazidas ao texto, pode-se afirmar que o autor, principalmente:

- A) Apresenta fatos do cotidiano a partir de um ponto de vista particular com a intenção de propiciar ao leitor reflexão acerca da questão apresentada.
- B) Define uma posição contrária em relação aos costumes adquiridos pela sociedade no século XXI, especialmente em relação ao uso de novas tecnologias.
- C) Defende que a tecnologia atual é a responsável pela preocupação com questões que envolvem o aceleramento exagerado que vive a sociedade do século XXI e suas consequências.
- D) Descreve o seu trabalho em Paris, demonstrando com particularidades seu posicionamento social e posteriores transformações objetivando demonstrar um processo dinâmico no qual estaria inserido.

03

Considerando o predomínio do uso da norma padrão da língua no texto, considere os comentários referentes ao 1º§ do texto “Durante os anos que passei fora do Brasil, comunicava-me por cartas. Toda noite, sentava na minha escrivaninha e colocava a correspondência em dia. Ia até altas horas respondendo uma a uma, aquelas cartas que chegavam em envelopes verde-amarelos.” e assinale o verdadeiro.

- A) A forma verbal “chegavam” poderá ser substituída por “chegava” caso a ênfase seja dada à expressão “uma a uma”.
- B) O adjetivo composto “verde-amarelo” faz o plural com a mesma variação vista em “castanho-escuro” e “amarelo-esverdeado”.
- C) A forma verbal “passei” estabelece concordância com o pronome relativo “que”, elemento de coesão textual que retoma o elemento anterior.
- D) Para que não haja prejuízo quanto à coerência textual, a forma verbal “passei” deve ser substituída por “passava”, de acordo com as formas empregadas “comunicava”, “sentava” e “colocava”.

04

O significado atribuído às palavras pode ser diferente tendo em vista o contexto no qual estiverem inseridas. A partir de tal pressuposto, sem que haja prejuízo da coerência e sentido textuais apresentados, assinale a proposta adequada de substituição para a palavra ou expressão destacada a seguir.

- A) “[...] um telefonema DDD custava os olhos da cara.” (4º§) / um valor peculiar
- B) “[...] um batalhão de estudantes num restaurante universitário.” (3º§) / aglomeração
- C) “Fotografias na mão, coloquei dentro de um envelope pardo e despachei, [...]” (6º§) / deliberei
- D) “[...] eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.” (11º§) / irreprensíveis

05

Em “No elevador do meu prédio, os moradores apertam o botão, a luzinha acende mas, mesmo assim, eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.” (11º§) não haveria prejuízo das informações apresentadas caso fosse feita a seguinte paráfrase:

- A) No elevador do meu prédio, os moradores apertam o botão, a luzinha acende, enquanto eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.
- B) Os moradores apertam o botão no elevador do meu prédio, a luzinha acende mesmo eles voltando lá umas três vezes e apertando de novo, impacientes.
- C) Os moradores apertam o botão no elevador do meu prédio, a luzinha acende fazendo com que eles voltem lá umas três vezes e apertem de novo, impacientes.
- D) No elevador do meu prédio, os moradores apertam o botão, a luzinha acende e mesmo assim, eles voltam lá umas três vezes e apertam de novo, impacientes.

06

Em “Se a pessoa respondesse na hora, eram mais sete a dez dias pra chegar até Paris.” (2º§), caso fosse acrescentado “a” após “até”, não haveria acento indicador de crase. O que, por ser facultativo o seu uso, poderia ser empregado em

- A) a obediência às leis é necessária.
- B) disse tudo o que pensava à seu respeito.
- C) comparecer àquela reunião foi de extrema importância.
- D) ele disse que iria até à festa para prestar-lhe homenagem.

07

O vocábulo “que” pode apresentar classificações e funções diversas na construção de frases. Dentre as ocorrências do “que”, assinale aquela cuja função sintática pode ser identificada como sujeito da oração.

- A) “[...] a primeira coisa que fazia era bater os olhos na caixa [...]” (3º§)
- B) “Era um tempo em que não havia internet, não havia Skype [...]” (4º§)
- C) “[...] aquelas cartas que chegavam em envelopes verde-amarelos.” (1º§)
- D) “Durante os anos que passei fora do Brasil, comunicava-me por cartas.” (1º§)

08

Diante das sequências argumentativas textuais e de acordo com o exposto é possível concluir em relação ao termo “*paciência*” que

- A) suas características foram agregadas de uma nova forma, em um novo modelo, à atual necessidade do sistema social.
- B) algumas consequências de sua ausência total ou parcial podem ser vistas diariamente despertando um sentimento de pesar.
- C) tal capacidade é inibida por tendências modernas desvencilhando-as de algum tipo de processo que envolva algum tipo de norma ou regras determinadas.
- D) não há possibilidade de retroceder ao estado inicial apresentado, em que a sociedade mantinha um ritmo diário de atividades diferente do atual, tornando este melhor que aquele.

09

Em “*Até quando abusarás, Catilina, da nossa paciência?*” (16º§), a correção gramatical do segmento seria preservada caso

- A) apenas a primeira vírgula fosse mantida.
- B) apenas a segunda vírgula fosse mantida.
- C) a última palavra da frase fosse “*Catilina*”, removendo-se ambas as vírgulas.
- D) a frase fosse iniciada por “*Catilina*”, mantendo-se apenas a segunda vírgula.

10

Em geral, textos com a estrutura e finalidade do texto apresentado apresentam uma linguagem em que há

- A) certo nível de informalidade através do modo de expressão empregado.
- B) marcas linguísticas que demonstram valorização de determinada fala regionalista.
- C) determinado grau de tecnicidade demonstrado através do domínio do assunto pelo autor.
- D) um nível de formalidade elevado demonstrando tratar-se de uma situação formal de comunicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- A) O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.
- B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- C) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes de norma legal.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos equivalem à medida provisória.

12

Nos termos da Constituição, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- B) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.
- C) Remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal.
- D) Jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

13

Quanto às regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é facultativa a remuneração por subsídio para:

- A) Prefeito.
- B) Governador.
- C) Auditor da Receita.
- D) Ministros de Estado.

14

Nos termos da atual redação da Constituição, é correto afirmar que:

- A) Os estrangeiros passaram a ter direito ao alistamento eleitoral.
- B) O selo nacional deixou de ser símbolo da República Federativa do Brasil.
- C) O cargo de Ministro de Estado da Defesa tornou-se privativo de brasileiro nato.
- D) A cassação de direitos políticos integrou o rol de sanções por ato de improbidade.

15

Acerca da organização do estado, nos termos da Constituição, compete ao Município explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços públicos de:

- A) Transporte coletivo.
- B) Radiodifusão sonora.
- C) Portos fluviais e lacustres.
- D) Instalações de energia elétrica.

16

Nos termos da Constituição, o Estado poderá intervir no município, salvo quando:

- A) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- B) Deixar de ser paga, por motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- C) O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual.
- D) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

17

Em relação às regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) O prazo de validade de dois anos de um concurso público é prorrogável uma vez, por até dois anos.
- B) A Constituição reserva percentual de 20% dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- D) Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público são previstos na Constituição.

18

Quanto às regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre, EXCETO:

- A) A remuneração do pessoal.
- B) O prazo de duração do contrato.
- C) A responsabilidade subsidiária do estado.
- D) Os controles e critérios de avaliação de desempenho.

19

Quanto às regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, a aposentadoria do servidor público efetivo pode ocorrer

- A) compulsoriamente, se preenchidos 10 anos de serviço público.
- B) por invalidez permanente, independentemente do tempo de serviço público.
- C) voluntariamente, desde que cumprido pelo menos 20 anos de serviço público.
- D) voluntariamente, para o professor homem aos 55 anos de idade e 25 de magistério.

20

Nos termos da Constituição, compete ao Conselho de Defesa Nacional:

- A) Decretar e executar a intervenção federal.
- B) Decidir sobre a declaração de guerra e celebração da paz.
- C) Decidir sobre a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.
- D) Propor o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional.

21

Acerca das regras constitucionais aplicáveis ao processo legislativo, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta, EXCETO:

- A) Do Presidente da República.
- B) De um terço dos governadores de estado.
- C) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- D) De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

22

Em relação às regras constitucionais aplicáveis ao processo legislativo, NÃO se inclui como cláusula pétrea:

- A) A separação dos poderes.
- B) A forma federativa de estado.
- C) O sistema de governo presidencialista.
- D) O voto direto, secreto, universal e periódico.

23

“Ao controle externo compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.”

Nos termos da Constituição, o trecho apresentado é

- A) verdadeiro.
- B) falso, pois a Constituição não exige o registro de reformas e pensões.
- C) falso, pois os atos das fundações mantidas pelo poder público não são apreciados.
- D) falso, pois as nomeações para cargo de provimento em comissão também sofrem apreciação.

24

Nos termos da Constituição, integram o Conselho da República, EXCETO:

- A) Ministro da Justiça.
- B) Ministro da Fazenda.
- C) Presidente do Senado Federal.
- D) Presidente da Câmara dos Deputados.

25

Nos termos da Constituição, aos membros do Ministério Público é permitido:

- A) Exercer a advocacia.
- B) Exercer atividade político-partidária.
- C) Exercer função pública de magistério.
- D) Participar de sociedade comercial, em regra.

26

Nos termos da Lei nº 8.666/93, quanto às licitações, é correto afirmar que:

- A) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência de até 50% para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- B) Projeto básico é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- C) Considera-se obra toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação e conservação.
- D) É permitida a participação do autor do projeto básico na licitação de obra, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

27

Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto à validade do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que:

- A) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- B) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- C) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- D) A incapacidade relativa de uma das partes deve ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos cointeressados capazes.

28

Nos termos da Constituição, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, dentre outros:

- A) Soberania popular, busca do pleno emprego e erradicação das desigualdades sociais.
- B) Livre concorrência, defesa do consumidor, propriedade privada e função social da propriedade.
- C) Defesa do meio ambiente, vedado tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.
- D) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, ainda que tenham sua sede e administração em outro país.

29

Nos termos da Constituição, um dos objetivos da seguridade social é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite que compreende a participação:

- A) Dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União no conselho fiscal.
- B) Dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.
- C) Dos Presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.
- D) De representantes do Ministério Público, e dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nos órgãos gestores.

30

Nos termos do Código Civil brasileiro, considera-se anulável o negócio jurídico, dentre outros casos, quando:

- A) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- B) Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- C) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- D) Houver vício resultante de erro, dolo, fraude contra credores.

31

Nos termos do Código Civil brasileiro, quando a lei não houver fixado prazo menor, a prescrição ocorre em:

- A) 1 ano.
- B) 3 anos.
- C) 5 anos.
- D) 10 anos.

32

Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto ao direito das obrigações, é correto afirmar que:

- A) Nas obrigações alternativas, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- B) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- C) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- D) Extingue-se a obrigação de não fazer quando, por culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

33

Nos termos da Lei nº 9.099/95, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim considerada(s):

- A) A ação de despejo para uso de terceiros.
- B) As causas cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo.
- C) As ações possessórias sobre bens imóveis de qualquer valor.
- D) As de cobrança ao condômino de valores devidos ao condomínio.

34

Nos termos da Lei nº 7.347/85, quanto à ação civil pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz não poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, devido ao rito sumário da ação civil.
- B) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a apelação.
- C) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- D) A ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro devendo consistir na obrigação de fazer.

35

Nos termos da Lei nº 4.717/65, quanto à ação popular, é correto afirmar que:

- A) O vício de finalidade fica caracterizado quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- B) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- C) O vício de forma se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.
- D) A incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

36

“Nos termos da Lei nº 12.016/09, quanto ao mandado de segurança, quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, _____ efeito suspensivo, no prazo de _____ dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) com / dez
- B) sem / dez
- C) com / cinco
- D) sem / cinco

37

Nos termos do Decreto-lei nº 3.365/41, considera-se casos de utilidade pública para fins de desapropriação comum, EXCETO:

- A) A reforma agrária.
- B) A salubridade pública.
- C) A conservação dos serviços públicos.
- D) O socorro público em caso de calamidade.

38

Em relação ao controle da administração pública, é correto afirmar que:

- A) A anulação judicial de um ato do Poder Executivo é exercício do poder de autotutela.
- B) A revogação pressupõe a retirada de um ato administrativo praticado com desvio de finalidade.
- C) O controle exercido sobre os atos municipais pelo Tribunal de Contas classifica-se como externo.
- D) A supervisão exercida pela administração direta sobre as entidades administrativas decorre da hierarquia.

39

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto à jornada de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- A) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e seis horas semanais.
- B) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente a uma hora por dia.
- C) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- D) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por meio de transporte fornecido pelo empregador, na falta de transporte público, não será computado na jornada de trabalho.

40

Nos termos das regras de conduta ético-profissional, é dever do advogado, EXCETO:

- A) Desaconselhar lides temerárias, a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica.
- B) Ingressar ou atuar em pleitos administrativos ou judiciais perante autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares.
- C) Estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.
- D) Preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia.

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 4 (quatro) horas para o cargo de Técnico de Nível Superior – Advogado e 3 (três) horas para os demais cargos, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (somente para o cargo de Técnico de Nível Superior – Advogado).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 30 (trinta) questões para os cargos de Nível Médio Técnico, Médio, Fundamental Completo e Incompleto e 40 (quarenta) questões para todos os cargos de Nível Superior. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Será aplicada prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório, somente para o cargo de Técnico de Nível Superior – Advogado, constituída de **1 (um) estudo de caso**.
9. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (somente para o cargo de Técnico de Nível Superior – Advogado) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
11. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo não poderá levar consigo o caderno de provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.idecan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado um ponto de acesso à *internet* para o candidato no Posto de Atendimento Médico, localizado a Rua Benedito Valadares, nº 52, Praça da Bandeira, Leopoldina/MG, no horário de 8h00min as 11h00min e de 13h00min as 17h00min.